

OHANIAN, Pascual C. *La Cuestión Armenia y las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires. Edición Institución Armenia de Cultura "Arshak Chobanian". 1975. 465 p. Tomo I.

A "Questão Armênia e as Relações Internacionais", de Pascual C. Ohanian, prevista para dois tomos, o primeiro dividido em duas partes abrange desde os anos de 1839 até 1896, nas quais o autor traz novos subsídios à historiografia armênia, divulgando documentos preciosos referentes à Questão Armênia.

Muito se poderia escrever em torno da obra, mas nossa intenção é mostrar de maneira sucinta o conteúdo das 465 páginas do livro em questão.

No prólogo temos uma visão em linhas gerais do conteúdo do livro e o motivo do patrocínio do mesmo pela "Institución Armenia de Cultura – Arshak Chobanian", que tem interesse em difundir, em idioma castelhano, documentadamente, os acontecimentos históricos e as bases jurídicas e políticas da Questão Armênia.

Encontramos um glossário com os principais nomes e vocábulos armênios, árabes e turcos, que irá nos esclarecer o sentido de certos termos encontrados na obra, e ainda, um mapa político do Império Otomano.

Na parte introdutória (p. 17 a 18), o autor define a Questão Armênia "como sendo o conjunto de exigências do povo armênio na ordem internacional". E afirma que a história da luta dos armênios para a sua libertação do jugo otomano faz parte da Questão do Oriente – originada nos fins do século XVIII durante a luta da Grécia por sua independência, intimamente vinculada com os interesses das Potências Europeias e da Rússia no Império Otomano. E que a Europa e a Rússia aproveitaram o desejo de liberdade das minorias submetidas aos turcos, para obter benefícios, concessões e aquisições territoriais. Assinala, ainda, os entrelaçamentos que se produziram entre a política exterior das diversas Potências Europeias e suas projeções no destino do povo armênio através da política interior turca, pois a Questão Armênia é um apêndice da decomposição econômica, social e política do Império Otomano; para uma maior compreensão detalhada dos fatos, não só os diplomáticos, mas também os históricos.

A tese do estudo de Ohanian, como ele mesmo afirma, é que a Turquia invadiu a Armênia, escravizou seus habitantes e tentou apagar todo vestígio dos armênios dentro dos confins do território usurpado. A obra genocida foi executada pelos representantes oficiais do Estado turco; em seu caráter de pessoa jurídica do Direito Internacional, a Turquia é responsável pelos danos causados à nação armênia. E por último, a Questão Armênia compreende também a reivindicação territorial de Ajalkalak, entregue indevidamente à República Sociética da Geórgia, e Nakhichevan e Garapagh, submetidos à autoridade da República Soviética de Azerbaijão.

A primeira parte da obra de Ohanian, intitulada "Situação das Minorias no Império Otomano" (segunda metade do século XIX), é composta de cinco capítulos assim distribuídos:

O primeiro capítulo (p. 21 a 57) cuida da situação jurídico-política das minorias no Império Otomano em meados do século XIX: refere-se a capitulações, que procediam de concessões (jatir ichum) do sultão, o qual por seu próprio direito e sem discussão prévia dava certos privilégios a súditos de nações estrangeiras que mantinham relações comerciais e de amizade com o Império Otomano.

Os curdos também são referidos neste capítulo pela importância que eles tiveram em relação aos armênios. O autor trata das relações de conflitos entre armênios e essa tribo de montanhese, que seguiam as tropas regulares e destruíam tudo quanto encontravam em seu caminho. É que as populações armênias de Van, Tapúink e Alashguerd, foram as que mais sofreram em suas mãos.

No segundo capítulo (p. 59 a 100), o autor descreve as relações internacionais entre a Europa e o Império Otomano, desde 1839 até 1871.

O terceiro capítulo (p. 101 a 143) mostra-nos desde o Tanzimat até o advento do sultão Abdul Hamid, enfocando os principais decretos do governo turco. Inicia com o "Hatti Humaiun" (Augusto), em 1856, o qual manteve as promessas, ambigüidade e lirismo do "Hatti Sherif" de Gül Hané; refere-se aos circassianos ou cherkeses, nação formada por um conjunto de montanhese originários da zona noroeste do Cáucaso e uma parte oriental do Mar Negro, desde a península de Taman até perto de Abjazia georgiana. Ainda neste capítulo encontramos detalhes sobre o nível cultural armênio em relação ao turco; a "lei dos vilayetes" promulgada em 1864, por Abdul Aziz, e segundo a qual o Império Otomano é dividido em vinte e oito vilayetes ou vice-reinados, cujo objetivo, como o autor destaca, era centralizar ainda mais o governo do império.

O quarto capítulo (p. 145 a 161) refere-se à Inglaterra que se apoderou de Suez, à Turquia que inunda de sangue os povos balcânicos, assim como ao não cumprimento do Memorandum de Berlim que provocou a guerra russo-turca de 1875. Todos esses itens são analisados pormenorizadamente, mostrando sempre as relações e conseqüências com os armênios.

O quinto capítulo (p. 163 a 186) dá informes sobre o absolutismo religioso, insuportável para o povo armênio, o golpe de Estado de Midhat Pasha e a promulgação da constituição turca para iludir a Conferência de Constantinopla de 1876 e que terminou com o governo de Abdul Hamid.

A segunda parte do livro, intitulada "A Questão Armênia" no Direito Internacional", é a parte mais importante da obra, pois nela Ohanian descreve com detalhes o assunto proposto na introdução. É composta de seis capítulos assim distribuídos:

O sexto capítulo (p. 189 a 304) enfoca a Guerra Russo Turca de 1877, como uma esperança para as aspirações armênias. Ainda num dos itens deste capítulo, verificamos o enfraquecimento das relações anglo-turcas devido à guerra

russo-turca; o papel do artigo XVI do Tratado de Santo Estéfano (1878), que poderia ser o início da solução da Questão Armênia. Observamos, ainda, a comparação que é feita entre esse artigo do Tratado acima com o de nº 61 do Tratado de Berlim e suas conseqüências políticas e econômico-financeiras.

O sétimo capítulo (p. 305 a 321) aborda a crise econômica e financeira iniciada em 1856 na Turquia, provocada por um processo geral de desorganização administrativa, e ainda a expansão econômica alemã na Turquia.

O oitavo capítulo (p. 323 a 367) inicia com os dois blocos em que começa a dividir-se a Europa, abandonando a Turquia na solução da Questão Armênia.

O décimo capítulo (p. 369 a 400) focaliza minuciosamente os partidos políticos armênios e suas principais características, assim como a corrente literária revolucionária, que os precedeu, desde a década de 1850-1860.

E finalmente, no capítulo onze (p. 401 a 462) o autor destaca as atrocidades dos turcos contra as várias cidades das províncias armênias. Refere-se, ainda, ao "Memorandum de Maio" (1895) e o assalto ao Banco otomano, realizado pela "Federação Revolucionária Armênia" (26.08.1896).

O livro de Ohanian chama-nos a atenção pelo grande número de documentos levantados sobre a situação político-social-econômica e ideológica, que viveu o povo armênio nos anos de 1839 a 1896 no Império Otomano. Portanto, esta publicação deve ser considerada, sem dúvida, como uma obra de maior interesse e mérito para os especialistas em assuntos armênios.

Beatriz Diniz.